JORNAL DE BRASÍLIA
3 MAR 1989
3* MAR 1989

Presidente decide não ir à Holanda debater Amazônia

O presidente José Sarney cedeu aos argumentos dos militares e do Ministério das Relações Exteriores e decidiu ontem não comparecer ao encontro de chefes de Estado que, no próximo dia 11, na Holanda, discutirá o problema da devastação na Amazônia.

O Presidente da República queria ir. Achava que o encontro de Haia seria uma excelente oportunidade para "colocar as coisas no seu devido lugar". Além de reafirmar a soberania brasileira no tratamento do seu território, pretendia substituir o retrato de devastação e desrespeito com o meio ambiente por "uma imagem menos cruel e mais real do que acontece na Região Amazônica".

Começou até a estudar a situação da Amazônia — as informações sobre a destruição da floresta e os dados do programa de desenvolvimento da região. Isso, acreditava, lhe permitira mudar a opinião do Primeiro Mundo e, conseqüentemente, reduzir as pressões que se fazem para a preservação da Região Amazônica, sob o ponto de vista que a floresta constitui um bem da humanidade.

O Itamarati, através do ministro interino, Paulo Tarso, argumentou com o presidente que ele não encontraria, em Haia, o espaço necessário para convencer os países desenvolvidos. Ao contrário, o seu comparecimento serviria, isso sim, para chamar ainda mais a atenção do mundo sobre o assunto.

O problema é que o presidente José Sarney teria dificuldades para convencer os demais participantes do encontro que o Brasil, ao contrário do que se afirma lá fora, é um País preocupado com o seu meio ambiente, e que pratica uma política de desenvolvimento da Amazônia sem riscos para a ecologia.

O argumento dos militares foi outro: soberania. O ministro do Gabinete Militar, general Bayma Denys, convenceu Sarney de que "seria um absurdo" o Presidente brasileiro deixar o País para discutir um assunto que, do seu ponto de vista, não cabe a mais ninguém, além do Brasil.

O encontro de Haia, preparado pela Holanda, França e Noruega, debaterá os efeitos da destruição da floresta amazônica sobre a camada de ozônio e a temperatura na terra. Tratará também da criação de uma entidade mundial para a defesa do meio-ambiente.

O presidente José Sarney — a viagem estava sendo preparada pelo Itamarati e pelo Palácio do Planalto — embarcaria dia nove para a Holanda. Sua volta estava prevista para o dia 12 deste mês. Até a ida da missão precursora já estava definida: dia sete.

Devastação atingiu 3,5%

São Paulo — O ministro do Interior, João Alves, disse ontem que apenas 3,5% da floresta da região Amazônica foram atingidas por problemas que provocaram a derrubada de árvores. Ele fez essa afirmação após participar de solenidade na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. João Alves chamou atenção para equívocos de informação na imprensa internacional que confunde a Amazônia Legal — que se estende por todo o Norte e Centro-Oeste do País — que tem ecossistemas diversificados com a região da floresta densa.

"A Amazônia Legal compreende a floresta densa, a floresta de transição, os cerrados, regiões montanhosas, como o maior pico brasileiro que é o Pico da Neblina, com vocações diversas. A região dos cerrados, por exemplo, tem inequívoca vocação para a agricultura", acrescentou o ministro.

João Alves disse que o governo Sarney já tomou inúmeras medidas de proteção à floresta densa, como o programa Nossa Natureza, que será discutido em profundidade na próxima semana em Manaus.

"Nós já concluimos o zoneamento agroecológico da região, após a suspensão de todos incentivos fiscais para projetos agropastorias até que haja uma definição completa do problema. Além disso, houve a fusão de todos os órgãos de

Arquivo 7.8.87

Ministro João Alves

preservação do meio ambiente para uma ação mais eficaz", acrescentou.

O ministro João Alves disse que há interesses econômicos por trás das movimentações da imprensa internacional. Segundo ele, são os que não querem que o Brasil utilize a maior reserva de terras agricultutáveis do mundo que são os cerrados, nem utilize cerca de 3/4 de seu potencial hidrelétrico, situado na região amazônica.

Mesquita quer verba de fora

O presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Fernando César Mesquita, disse em Brasília, que a execução do programa Nossa Natureza, criada pelo Governo Federal no ano passado, vai precisar de novos recursos e que estes poderão vir de fora, desde que seja através de instituições brasileiras, para aplicação em projetos de preservação, por exemplo. Nos próximos dias sete e oito, Mesquita estará em Manaus, participando da reunião do Instituto Superior de Estudos Amazônicos (Isea), convocada pelo governador do Amazonas, Amazonino Mendes. A reunião terá a presença de todos os governadores da região.

"Eles não dizem lá fora que querem ajudar na preservação da Amazônia? Então, que ajudem enviando recursos através de instituições brasileiras para financiar, por exemplo, projetos de preservação, estudos das riquezas vegetais e animais ou dos recursos hídricos", explicou Fernando César Mesquita. Deixou claro que somente assim o governo brasileiro aceitará ajuda financeira de fora: através de instituições brasileiras para aplicação em projetos desenvolvidos pelo governo.

Decretos criam duas reservas

Duas reservas naturais foram criadas no Norte do País, na fronteira com a Venezuela, conforme decretos publicados no Diário Oficial da União de ontem que estabelecem a demarcação das novas áreas. A primeira, com 2.664.685 hectares, localiza-se no norte do Estado de Roraima e se destina à preservação do ecossistema do Complexo da Serra do Parima, segundo o Decreto 97.545. Já o Decreto 97.546 cria uma floresta de 1.573.100 hectares, destinada a preservar a região compreendida pelo Complexo Tapirapecó-Urucuzeiro, no norte do Estado do Amazonas.

Administração

Os decretos, datados do dia 1º, são assinados pelo presidente José Sarney, os ministros da Agricultura, Íris Rezende, do Interior, João Alves Filho, e pelo chefe do Gabinete Militar, Rubens Bayma Denys. Ambos determinam que as duas novas áreas serão administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que irá controlar o ingresso de pessoas ou o exercício de quaisquer atividades nas duas novas áreas.